

Festa e Revolta, uma potência política

Matilde Wrublevski

Instituto Federal de Alagoas, Ensino Básico Técnico e Tecnológico, Santana do Ipanema, AL, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7073-1218>

Yuri Garcia

Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, AL, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1077-5929>

Resumo

Esta pesquisa propõe uma aproximação entre as noções de festa e revolta, procurando destacar uma potência política que existe na experiência de participação em acontecimentos que aliam esses dois segmentos. A construção do entendimento de festa parte de uma noção que abarca esferas do carnaval, do ritual e do encontro como formas de interação social, trazendo, assim, características de negociação, caos e dualidade de mundos. A partir dessa noção, delineia-se um estudo teórico, com pesquisas que apontam uma relação histórica no Brasil entre a noção de festa e movimentos políticos, através de alguns exemplos de festividades realizadas entre os séculos XVII e XIX.

Palavras-chave

festa; revolta; ritual; potência; política

1 Introdução

A relação entre festa e revolta pode ser traçada através de diferentes contextos temporais e geográficos. A ideia de festa é igualmente ampla. Contudo, podemos propor aqui um entendimento inicial através de uma forma ritualística comum, que produz organizações e estruturas de mundo. Muniz Sodré, em *A Ciência do Comum* (2014), aponta para a amplitude do campo comunicacional e suas proximidades teóricas com a sociologia, a antropologia e outras áreas do saber. Todavia, é através da noção de “comum” que o autor

propõe a compreensão mais essencial da Comunicação. Ou seja, em sua concepção mais básica, trata-se um processo relacional.

Nesse sentido, a festa já seria, em si, um objeto comunicacional de extremo interesse de pesquisa. Ainda na exploração do conceito de Comunicação, Martino (2010) retoma a etimologia da palavra vinda do latim “*communitio*”, indicando a ideia de uma “atividade realizada conjuntamente”. Assim, iniciamos nossa exploração teórica das noções de festa e sua potência de revolta como um evento comunicacional¹. Ao perceber a festa através de seu processo relacional, destaca-se seu paradoxo de produzir e organizar estruturas e, também, desorganizá-las. Ou seja, além do seu aspecto produtivo e organizacional percebido inicialmente, também possui uma força contrária sendo engendrada. Essa desorganização produz gestos de desobediência que, por sua vez, geram novas visões do mundo ao seu redor – contraditórias, combativas e subversivas.

Dessa maneira, nossa proposta investigativa não recai em uma conceituação de ambos os termos, mas em uma investida teórico-reflexiva da noção de festa em sua dimensão comunicacional, que possibilite conceber seus elementos paradoxais e, por conseguinte, sua potência enquanto fenômeno disruptivo. Assim, propomos a aproximação entre festa e revolta por essa percepção de sua característica de abarcar contradições iniciais, demonstrando que se tratam, de fato, de encontros com similaridades e que podem ocorrer conjuntamente.

As reflexões sobre essas contradições e potências da noção de festa, produzidas ao tratar sobre essa relação paradoxal, se baseiam em uma pesquisa mais ampla sobre a noção de dramaturgias de festa (Wrublewski, 2022). Contudo, o desenvolvimento do presente artigo se dedica a um aprofundamento das problematizações e da apreciação crítica da base teórica que sustenta a argumentação em torno da aproximação entre festa e revolta.

A provocação presente na ideia de dramaturgias de festa, impulsionadora dessa pesquisa, aparece como uma forma de olhar para aspectos festivos presentes em manifestações políticas e trabalhos artísticos. Ao longo do processo de análise, evidenciou-se a presença de questões como a contraposição entre reforço e libertação, bem como a inversão de lógicas sociais vigentes. Assim, este artigo procura abordar, através de um estudo teórico,

¹ É importante demarcar que nossa conceituação opera pela perspectiva teórica de uma amplitude da noção de “comunicação”, tendo a festa como elemento comunicacional e não por uma abordagem que investigue as redes e elementos midiáticos das festividades, como visto nos estudos de “Folkcomunicação”. Segundo Trigueiro (2015, p. 70): “O objetivo na pesquisa da folkcomunicação não é saber se o fato folclórico é autêntico ou não, nessa abordagem sem fim, ou mesmo estudar a manifestação popular em si, mas investigar como se dão os processos de comunicação nas redes cotidianas do local e como são operadas as estratégias de negociação de recepção dos novos conteúdos que proliferam nas redes folkcomunicacionais”.

diferentes conexões na associação entre propósitos festivos e formas de mobilização vistas em revoltas.

A ideia de festa não é tratada aqui a partir de um conceito central que abrange todas as práticas, pois não há como ter uma compreensão total diante de uma expressão coletiva que possui uma pluralidade tão significativa. Assim, nosso estudo inicia com uma breve exposição da noção de festa, sua complexidade enquanto tema e sua amplitude de possibilidades investigativas. Nesse início, nosso foco não seria uma demarcação conceitual fechada, mas um panorama geral de algumas possibilidades que direcionam variações teórico-metodológicas para uma investigação sobre a festa enquanto prática comunicacional. Nesse sentido, elencar suas potências materiais, sensoriais e inconscientes, através de rápida menção a alguns autores, serve como suporte para situar sua potência enquanto objeto da Comunicação para, em seguida, delimitar seu caráter ritualístico (Eliade, 1995).

Essa parte inicial não busca um direcionamento teórico-metodológico *stricto sensu* do artigo, mas um panorama geral que consiga contextualizar alguns elementos que serão essenciais em nossa proposta de estudo das práticas festivas como espaços de multiplicidades analíticas e possíveis contradições. Além disso, buscamos demonstrar que as festividades estão presentes na humanidade desde períodos mais remotos e que elementos ritualísticos de uma concepção mítica e metafísica eram acompanhados de dimensões sensoriais e materiais na esfera do cotidiano.

Em seguida, traçaremos um ponto de partida mais delimitado, a partir de um debate metodológico de caráter mais teórico e ensaístico com a utilização de determinadas perspectivas que nos auxiliam a iniciar as aproximações entre as concepções de festa e revolta. Dessa maneira, situamos o pensamento em torno de aspectos relevantes para o nosso estudo – complementaridade e simultaneidade – somados à perspectiva de festividade de Patrícia Fagundes (2010), à ideia de inversão produzida pelo carnaval, de Mikhail Bakhtin (1993), e às colocações de Roberto DaMatta sobre rituais festivos (1997), trazendo o sentido de festa como um lugar de encontro, que produz um espaço-tempo único.

A partir de uma compreensão sobre festa que abrange diferentes recortes, traçaremos um estudo teórico apoiado em referências que trazem exemplos históricos do contexto brasileiro entre os séculos XVII e XIX, abordados em diferentes capítulos da obra *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa* (2001) pelos autores Luciano Figueiredo, João José Reis, Marina de Mello Souza e Maria Clementina Pereira Cunha. Esses exemplos apresentam estudos que exploram diferentes festividades entre desfiles, carnavais e

comemorações de cunho religioso, demonstrando, em sua pluralidade, a existência de uma longa relação de aproximação entre o ato de festejar com a ação de manifestação e reorganização social e política.

Dessa forma, o intuito de nosso trabalho é a exploração dessa dimensão comunicacional e múltipla da prática festiva. Um espaço de tradição ritualística e manutenção de poder em diálogo com a inventividade e a ruptura, demonstrando uma interessante potência de revolta dentro de um âmbito comumente percebido como de lazer e descontração. Assim, a festa se torna esse local onde as contradições se encontram e novas formulações de poder são criadas e recriadas, em um movimento de complexidade e multiplicidade em nossa história.

2 Festa, complexidade e história

Ao pensar em festa, podemos destacar que existem alguns elementos que se fazem presentes com frequência. De forma geral, envolve música, dança, bebidas e comidas, em contínuas variações e reelaborações nos modos em que aparecem. Obviamente, essa configuração não demarca uma necessidade estanque de características (nem todas as festas possuem esses exatos elementos). Entretanto, esses exemplos surgem com maior frequência e em maior grau – tornando-se algo mais comumente identificável. Assim, independente do acervo e da forma como é ofertado dentro de uma prática festiva, o que percebemos é uma convocação de um prazer corpóreo e sensorial pelo festejar².

Todavia, trata-se de uma dimensão mais complexa, que possui reverberações múltiplas. Apesar de uma descrição dessa dimensão sensorial e material inicial, também atua como agente de um prazer intelectual. O envolvimento corpóreo em uma festa não exclui nossa capacidade de pensar nas ações ocorridas, nas decisões a serem tomadas no local, ou nos motivos que unem um grupo em torno de determinada função. Nesse sentido, não estamos apontando para uma operação cartesiana dentro de uma festividade, mas a própria tomada de decisões conscientes (e inconscientes). O engajamento em torno de um ideal comum se sobressai para nosso estudo como um elemento essencial – e portador de uma dimensão comunicacional intrínseca. Ou seja, a festividade implica em uma interessante

² Vale apontar que essa esfera possibilitaria, inclusive, uma investigação comunicacional do fenômeno, também, pelo prisma das materialidades da comunicação, corrente teórica abordada em estudos como os de Gumbrecht e Pfeiffer (1994), Felinto (2001), Sá (2004) etc.

multiplicidade afetiva, que reúne as materialidades físicas e a mente em um processo relacional.

Após uma separação entre corpo e mente, fortemente marcada pelo contexto iluminista (Marcondes, 2001; Regis, 2022) e a formação de uma tradição ocidental de pensamento marcada por uma dimensão mais hermenêutica³ e interpretativa (Gumbrecht, 2010), a forma como a festividade prevalece através do tempo marcando essa multiplicidade de sensações e pensamentos demonstra um campo de estudo de extrema complexidade. O que propomos nesse artigo não seria a compreensão da festa enquanto fenômeno que une essas dicotomias de uma tradição de pensamento ocidental. Nosso foco recai na dimensão intelectual e nas possibilidades de engajamento sociopolítico, por consequência. Todavia, o elemento sensorial e material é essencial para uma compreensão mais complexa desse fenômeno, o que pode acrescentar, sobretudo, às noções de engajamento (que não ocorre somente por uma motivação racional)⁴.

Essa breve exposição não busca direcionar o arcabouço teórico desse artigo, mas apenas apresentar um panorama geral de suas amplas possibilidades e a forma como abarca elementos comunicacionais essenciais de engajamento, participação, interação e negociação – e, por conseguinte, posicionamento. O foco desse texto parte de uma compreensão da amplitude investigativa da noção de festa e investe em uma delimitação mais específica. Apesar de uma aparente proposta de descontração ou local de libertação de problemas, apontamos que se trata também de um espaço de potência política.

Nesse sentido, é importante lembrar que se trata de um fenômeno que envolve a noção de comum enquanto ritualidade festiva, fortemente presente e registrada na história da humanidade. Em uma breve exposição, podemos aproximar a noção de festa com ritos encontrados, por exemplo, em práticas míticas de sociedades antigas variadas. Ao observarmos pela perspectiva de Mircea Eliade (1995), percebemos que a relação com o sagrado pode ocorrer através de objetos, gestualidades, danças e ritos. Esse entendimento remonta à experiência da humanidade ocidental, em que o rito – em suas diversas manifestações – se insere no âmbito da vivência que envolve canto, dança, gestualidade e

³ Nossa utilização do termo “hermenêutica” nesse trecho não remete ao estudo do campo hermenêutico dentro das ciências, mas da utilização de Gumbrecht (2010) remetendo à tradição iluminista e interpretativa de pensamento.

⁴ Freud trata de mecanismos inconscientes do humano dentro de uma esfera de convivência social em *Psicologia das massas e análise do eu* (2022). Apesar de uma noção de “inconsciente” ainda estar dentro de uma dimensão de um estudo sobre a mente, percebemos no livro do teórico que são os afetos dentro de determinados contextos sociais que implicam em determinadas formas de atuação. Em nosso recorte, é perceptível que a entrada inicial de grande parte dos afetos produzidos em uma festa se dá pela relação com o corpo. Assim, embora a questão material e sensorial não seja o foco do texto, percebemos que se trata de um elemento de extrema relevância ao tratar do tema sobre festividade.

personificações. O sagrado, assim, integrou um desejo de ordenação entre os elementos do mundo, situando uma realidade objetiva que se estabelece por meio da experiência fundada em uma ontologia do mundo (Eliade, 1995). Ainda dentro dessa concepção, observa-se a constituição de um tempo repetível, eterno e ontológico, que reatualiza o evento sagrado ocorrido em um passado mítico. O acontecimento ligado ao mito atualiza um segmento do real e, quando vivenciado, rememora as histórias sobre os deuses. A função dessa experiência reside na ligação, por meio dos ritos, a modelos de vida e de mundo baseados nas divindades (Eliade, 1995).

Isso se evidencia, por exemplo, ao identificarmos essa conjuntura nos ritos dionisíacos (século VI a.C.), que sempre estiveram vinculados à festa e aos seus excessos e que, ao longo dos séculos, se estruturaram como procissões solenes com dança, coro e teatro (Berthold, 2000). Outro exemplo são os cortejos de Triunfo, enquanto rito e gênero de procissão espetacular existentes desde a Antiguidade, para os quais há fontes que indicam remontagens ao longo dos séculos pela monarquia da Europa Ocidental, sendo utilizados para construir fusões simbólicas entre religiosidade e poderes políticos (Carvalho, 2017).

O conceito de sagrado e os exemplos mencionados são apresentados para evidenciar o quanto a noção de festa constitui um aspecto ritualístico fortemente presente na história da humanidade, desde seus primórdios, produzindo acontecimentos que deram vida às festas populares, aos carnavais e às manifestações políticas tal como as conhecemos hoje. Todavia, nosso foco não se dá na análise da aproximação do sagrado com festividade, mas na dimensão sociopolítica e na potência que tais encontros possuem – o que será abordado na próxima parte do texto.

3 Festa como produção de encontro

Em nosso trabalho, percebemos a festa como um fenômeno comunicacional dotado de características paradoxais, com uma potência específica que toca em lugares simbólicos comuns da sociabilidade. Fagundes (2010) aponta que, entre os excessos próprios da festa e uma parcela de espontaneidade, o encontro parece ser o elemento fundamental, onde a “[...] ‘persona festiva’ corresponderia a este conjunto social constituído por relações interativas, sendo definida a partir de relação com o outro em um jogo de afetos, emoções e sensações, onde o experimentar juntos é um fator de integração e união” (Fagundes, 2010, p. 120,

tradução nossa)⁵.

Nota-se como a autora utiliza a expressão “conjunto social constituído por relações interativas” para determinar a “persona festiva”. Essa formulação parece apontar que a formação de coletivos e comunidades, mesmo que efêmeros, são partes constituintes do que significa a experiência da festa. O encontro representa essa experiência que ocupa um lugar que é coletivo e individual ao mesmo tempo, pautada na convivência e troca de afetos e sensações. Quando pensamos em encontro, geralmente sobressaem aspectos harmoniosos relacionados ao prazer de estar juntos. Porém, se olharmos mais atentamente para a etimologia da palavra, veremos que ela se origina de uma noção de oposição, tendo em seu significado o efeito de se encontrar ou se reunir, mas também podendo significar choque e disputa⁶.

O olhar sobre a noção de encontro deve abarcar essa amplitude de significados. Um processo comunicacional não deve se pautar somente por características como a construção ou a harmonia, mas também por seus elementos disruptivos e paradoxais. A existência simultânea das dualidades é fundamental para pensar a complementaridade de contextos específicos. O encontro no âmbito da festa se encontra sujeito a ambos os lados dos significados, através de confrontos e tensionamentos. Passa pela escuta e resposta de cada participante, articulando modos de pensar e viver dentro de cada manifestação festiva.

Ao colocar um parâmetro de mediação entre os desejos que existem enquanto comunidade efêmera e a pessoa como sujeito, não há um tipo de organização prévia que consiga anteceder todas as relações que surgem desses tensionamentos do encontro. Os limites e acordos são negociados e refeitos o tempo todo. Uma imagem de caos parece surgir diante desse tipo de disposição. No entanto, além de uma imagem, vemos a existência do caos através de uma noção mais complexa, que não se caracteriza pela simples desordem:

O caos e a complexidade tornam-se vetores do que definimos como ‘festividade’ a partir da compreensão de um universo onde a destruição é compreendida como parte da criação, o azar e o imprevisível são aceitos, o processo é privilegiado, a dissonância, o dinâmico e o plural são admitidos como parte do fluxo da vida (Fagundes, 2010, p. 97, tradução nossa)⁷.

⁵ No original: “La ‘persona festiva’ correspondería a este conjunto social constituído por relaciones interactivas, siendo definida a partir de la relación con el otro en un juego de afectos, emociones y sensaciones, donde el experimentar juntos es un factor de integración y unión” (Fagundes, 2010, p. 120).

⁶ A palavra “encontro” vem do latim vulgar *incontrare*, que significa “ir na direção de”, “ao encontro de”, formada por *in-* (“em”, “para dentro”) + *contra* (“contra”, “em oposição”).

⁷ No original: “El Caos y la complejidad se hacen vectores de lo que definimos como ‘festividad’ a partir de la comprensión de un universo donde la destrucción es comprendida como parte de la creación, el azar y lo imprevisible son aceptados, el proceso es privilegiado, la dissonancia, lo dinámico y lo plural son admitidos como parte del flujo de la vida” (Fagundes, 2010, p. 97).

O caos, nessa perspectiva, demonstra a multiplicidade de formas de existência e organizações simultâneas que uma proposta festiva pode ter. Ela pode expressar riso e sofrimento ao mesmo tempo, em uma polissemia que constantemente se reconfigura. Desse modo, podemos observar que a festa não é um lugar para instaurar dicotomias rígidas, pois se estabelece uma coexistência, traçando uma “combinação de contradições”. Se localiza exatamente no aspecto complementar da sua potência de articulação entre ordem e desordem, carnaval e vida diária, o público e o privado, afirmação e desestabilização.

Fagundes (2010) traça um olhar voltado para as relações produzidas no encontro festivo, enquanto Bakhtin (1993) e DaMatta (1997) trazem reflexões e compreensões que abrangem o exemplo do carnaval como forma de pensar diferentes constituições de lógicas sociais e políticas. Quando Bakhtin (1993) traça uma diferenciação entre o carnaval e a ordem colocada pelo estado e pela igreja, coloca o rito festivo em uma posição de problematizador dos preceitos e regras vigentes. O autor demonstra nessa distinção uma visão sobre o mundo e o que o cerca. No caso do carnaval, seria uma visão não-oficial, isto é, uma visão que era exterior à igreja e ao estado, oferecendo então, uma “dualidade do mundo” ou uma “percepção carnavalesca do mundo”. Essa perspectiva se refere a um “clima de festa” como um elemento essencial, cujo sentido existe mais no mundo dos ideais do que nas condições de liberdade institucional.

A abordagem do carnaval proposta por Bakhtin (1993) acontece por intermédio da literatura de François Rabelais, que diz respeito a um contexto específico de pensar o carnaval e que está distante da história brasileira. Contudo, essas reflexões contribuem em nossa elaboração teórica para pensar a constituição de festa que estamos construindo ao longo dessa pesquisa. A ideia de uma visão não-oficial em Bakhtin é entendida por uma inversão de hierarquias entre plebeus e nobres ou a possibilidade de tensionar a lógica social vigente. Isso abre espaço para possíveis atravessamentos que geram vivências dentro de novas organizações sociais que, talvez, só seriam possíveis através da especificidade da festa.

É importante pontuar que a ideia de dualidade na construção de mundo, para esta pesquisa, existe na instância da simultaneidade e não de substituição ou apagamento. As hierarquias e regras não se desfazem: elas podem ser quebradas, subvertidas, mas não deixam de existir. O que encontramos são atravessamentos que geram novos olhares e são sobrepostos à ordem prévia. Esse pensamento está alinhado à forma como Bakhtin localiza a visão não-oficial no mundo dos ideais, indicando mais uma intenção do que uma consequência prática.

Vemos que o autor aponta um processo de libertação dos dogmatismos religiosos e dos reflexos da hierarquização do regime feudal, colocando o carnaval como um momento em que as leis da liberdade atuam de modo que a ordem para todo o povo é viver a festa. O carnaval era visto como uma forma provisória, mas concreta, da própria vida, isto é, não era uma forma representada em um palco, mas vivida enquanto durasse a festividade (Bakhtin, 1993). O autor introduz também a ideia de uma carnavalização da consciência que precede e prepara para grandes transformações (1993), através da festa, do riso, da liberdade, da construção de novas perspectivas e das novas relações estabelecidas. O pensamento de Bakhtin traz uma dimensão coletiva sobre a ação de vivenciar o carnaval como uma forma provisória e tangível ao mesmo tempo, que aciona um estado de consciência que está relacionado às transformações internas do sujeito e às transformações sociais.

Se tomarmos a festa enquanto uma expressão ritualística, poderemos observar uma aproximação com aspectos sociais da vida cotidiana quando DaMatta (1997) traça um olhar sobre o carnaval carioca da segunda metade do século XX. Segundo o autor, a noção de ritual está atrelada a um processo de dramatização ou maneiras de enfatizar certos aspectos da realidade social, particularidades que normalmente ficam cobertas por hábitos e complicações rotineiras. Os rituais seriam criações sociais que refletem problemas e dilemas básicos da sua formação social (DaMatta, 1997). Destaca-se como esses rituais se apresentam como um contraponto ao cotidiano, formando partes diferentes de uma mesma estrutura: “[...] os ritos são igualmente parte do mundo social, mas são momentos em que sequências de comportamento são rompidas, dilatadas ou interrompidas por meio de deslocamentos de gestos, pessoas, ideologias ou objetos” (DaMatta, 1997, p. 138).

A experiência da festa é vivida habitando simultaneamente ambos os mundos, do ritual e da vida cotidiana. Ao trazer um contraponto sobre o cotidiano, propõe-se uma desconstrução de uma lógica de ordem anterior para experimentar novas formas, podendo ser vista como uma inversão. A desordem faz parte desse processo. As duas perspectivas, a que ordena previamente e a que é subvertida, podem aparecer como oposições paradoxais. No entanto, é na experiência desta coexistência que habita o corpo festivo, dentro um complexo movimento entre esses dois polos, produzindo uma negociação constante entre desejos e impulsos coletivos e individuais.

O movimento produzido dentro do ritual festivo reflete posicionamentos culturais, ideológicos e sociais, o que DaMatta (1997) chama de “resposta social coletiva” que existe através de três características básicas. A primeira indica para uma resposta que individualiza

determinado elemento que é colocado pela lógica social prévia, sendo apropriado e transformado pela coletividade, apontando no processo para uma estrutura ideológica. A segunda ressalta o processo cultural entre uma pressão externa apresentada pela ordem cotidiana prévia e uma resposta que pode ou não estar de acordo com o posicionamento de quem exerce essa pressão, determinando identidades e individualidades. A terceira demonstra que o modo como a participação acontece nesse ritual pode reforçar uma identidade enquanto coletivo, permitindo assim criar condições de estabelecer uma identidade comum que existe enquanto tempo do ritual.

As respostas organizadas por DaMatta (1997) não devem ser tomadas como regras para delimitar o olhar, mas sim como um caminho possível, indicando que, em certas festividades, podem existir reflexos culturais, ideológicos e identitários. É necessário termos em mente que esses reflexos são localizados na esfera individual e coletiva, dentro de uma negociação que transita entre esses dois limites. O ritual festivo não é realizado sobre uma condição e objetivos fixados, sendo fundamental sempre considerar ao máximo os possíveis caminhos e linhas de fuga presentes.

É importante pautar que essa negociação entre polos dicotômicos de poder dentro da esfera cultural é um debate de extrema relevância acadêmica no campo comunicacional, com longa tradição teórica, como podemos ver nos Estudos Culturais (Escosteguy, 2010), por exemplo. Stuart Hall (2003) demonstra, com seu modelo de codificação e decodificação, como essa negociação entre esfera hegemônica e contra-hegemônica ocorre no âmbito midiático. Apesar de o teórico não estar focado em práticas festivas, podemos perceber seu interesse na configuração e reconfiguração da cultura como local de disputa e manutenção de poder. Nesse sentido, percebemos que as mídias, assim como as festas, possuem esse potencial de operação das contradições e de estabelecimento e reforço do *status quo*, assim como de revolta e potência revolucionária.

Dessa forma, tratamos dessas negociações de poder no cenário cotidiano através de práticas comunicacionais cuja historicidade possui uma complexidade que abarca essa dualidade de poder e interesses contraditórios. Em algumas questões levantadas por Bakhtin (1993) e DaMatta (1997), podemos fazer uma aproximação para compreender melhor esse processo através do exemplo do carnaval. Uma visão não oficial, exterior à igreja e ao Estado, como em Bakhtin (1993), considera a criação de um mundo, uma perspectiva, que existe fora do contexto oficial. Nesse sentido, percebemos um diálogo com DaMatta (1997) em sua afirmação de que o carnaval, enquanto rito, acontece em um movimento para fora do cenário

brasileiro. Ambos mencionam a inversão: do mundo, das hierarquias ou da ordem vigente como um aspecto que caracteriza a manifestação carnavalesca.

Essa ideia, aliada à libertação de dogmatismos e hierarquizações, implica em uma suspensão do mundo. Contudo, se olharmos para a prática, poderemos observar algumas discordâncias. Todas as manifestações do carnaval acontecem baseadas, e em resposta, a um contexto sociopolítico complexo repleto de especificidades. Desse modo, o que passa a existir são tensionamentos, linhas de fuga e a experiência de novas formas de organizar o mundo dentro de outras hierarquizações. Em outras palavras, a visão oficial oferecida pelo Estado e suas instituições não deixa de existir. O que ocorre é que a festividade passa a existir, conjuntamente, com um espaço-tempo que é distinto, mas não excludente. É importante enfatizar que não se trata de uma libertação ou inversão de um sistema – não ocorre uma ausência da existência ou atuação. Ocorre, na verdade, um processo de negociação que fomenta a formação e reconfiguração das práticas culturais (Escosteguy, 2010).

Entre similaridades de Fagundes (2010) e DaMatta (1997), podemos perceber que enquanto a primeira se concentra no âmbito teatral, o segundo traz aspectos através do olhar para o carnaval e suas implicações sociais. O encontro, enquanto formador de comunidade e ponto comum na festa é visto como rito que reflete as problemáticas que formam o tecido social, trazendo para o centro dessa discussão seu aspecto relacional. Isto é, além de pensar como um lugar de prazer e disputa, esse encontro vem evidenciar aspectos cruciais da realidade social que a cerca. A espontaneidade dos eventos informais aparece com frequência na abordagem de DaMatta (1997), sendo possível traçar um diálogo com a noção de caos posta anteriormente por Fagundes (2010), entre uma desordem que se reconstrói.

Existem muitos tipos de festa que extrapolam as características que foram citadas até aqui, como Fagundes (2010) denomina, as festas burocráticas ou como Roberto DaMatta (1997) intitula, rituais nacionais, em eventos formais, no caso do Dia da Independência e dos eventos informais, como o carnaval. Outros tipos de festividades podem dialogar com o entendimento de festa colocado nesta pesquisa, mas o encontro aparece com uma questão comum – em seu sentido primário de “estar junto”. Essa premissa pode ter desdobramentos diversos, dependendo da abordagem proposta. Em nosso artigo, estabelecemos como ponto central, a relação com o outro, visto como um processo comunicacional. Ou seja, a proposição de construir acontecimentos coletivos, propostas que procuram estabelecer um ponto comum entre as pessoas como uma questão central para a criação de uma festa, abarcando suas problemáticas e contradições como parte constitutiva.

Desse modo, quando pensamos nas complexidades que a festa apresenta no âmbito social, político e cultural, vemos como a perspectiva de Fagundes (2010) está alinhada com essas problemáticas, abarcando noções contraditórias de ordem e desordem ou festa e vida cotidiana. Essas concepções não são abordadas sobre uma diferenciação dicotômica, mas como uma complementaridade de possibilidades variadas que possibilita contradições. Neste aspecto complementar, percebemos movimentos diversos que apresentam horizontalidades e/ou hierarquias.

4 Festa e revolta

Como temos percebido, a festa se apresenta como um evento comunicacional, dotado de uma multiplicidade de possibilidades. Seu aspecto relacional implica em uma amplitude de possíveis estabelecimentos dessa relação, com variações de contextos, resultados, formações etc. As questões de poder podem ser vistas nas mais variadas formas, desde em uma instauração de manutenção ou imposição vertical, até uma ruptura que apresente um movimento contrário e busque uma espécie de desafio à ordem hierárquica. Aqui, iremos adentrar alguns estudos que apresentam interessantes exemplos no Brasil.

Um tema de extrema importância a ser tratado é a noção de tradição dentro do âmbito festivo. Essa noção varia de acordo com a intenção do proponente, variando entre reverência e subversão. As tradições fazem parte de um vasto repertório de gestos e símbolos que são disponibilizados, “[...] elas se traduzem a cada momento, adquirindo significados novos em diferentes temporalidades, situações, lugares e dependendo de quem as mobilize para expressar seus próprios valores” (Cunha, 2001, p. 70). Podemos observar essa questão no exemplo trazido por Maria Clementina Cunha (2001), no desfile dos congos em homenagem aos reis portugueses, no século XIX. Se por um lado se atribuía o sentido de reconhecimento do Império e a ampliação do poder do soberano, por outro ficava a cargo da interpretação das pessoas negras recém-chegadas ao Brasil que viam passar, diante de si e da população branca, reis africanos.

Esse caso traz algumas características introdutórias para a intersecção proposta neste estudo, relacionando as formas de organização social e hierarquias produzidas pela ordem vigente com uma versão festiva deste recorte contextual. O outro lado desse contexto pode ser visto paralelamente como uma versão não oficial desse mesmo mundo, apresentada por pessoas que não estão em posições de poder, similar à visão de Bakhtin (1993) e a dualidade

entre povo e Estado. Como em uma “percepção carnavalesca”, mesmo não sendo um carnaval, a dualidade na organização social pode atuar em um movimento que reforça o *status quo*, ou mesmo como uma forma de inversão e/ou subversão da versão apresentada pelo poder instituído.

Portanto, uma festividade pode ser interpretada como uma forma de liberação ou como uma forma de controle. Essas concepções, apesar de opostas, permitem uma possível coexistência e interação entre esses dois aspectos. O artigo de Marina de Mello e Souza (2001) aborda alguns casos dentro do quadro escravista colonial. A autora aponta que a população escravizada, proveniente do continente africano, teve que descobrir outras identidades e construir novas instituições próprias. Nesse contexto, as pessoas pretas ocupavam um lugar de exploração no sistema produtivo colonial, em que se atribuía identidade a partir de localização do porto de embarque e pelas regiões nas quais haviam sido adquiridos (2001).

Nesse processo eram eleitos reis, capitães e outros cargos, por comunidades, quilombolas e seus descendentes, organizados por grupos que se identificam como pertencentes a uma mesma etnia. Essas figuras eram festejadas e os títulos comumente atribuídos a idealizadores e articuladores de rebeliões. “Mas onde os reis negros assumiram maior visibilidade foi nas festas em homenagem a seus santos padroeiros, promovidas pelas irmandades, nas quais saíam em cortejos pelas ruas das cidades, presidindo uma série de atos rituais e danças” (Souza, 2001, p. 249).

O costume de eleger reis em irmandades de pessoas negras escravizadas era legitimado em coroação no rito da missa, lavrado no livro da irmandade o termo de eleição do rei, da rainha e demais cargos. “Sempre acompanhados de suas cortes, esses reis festejavam pelas ruas da cidade, com músicas e danças de marcada origem africana” (Souza, 2001, p. 251). Esta festividade acontecia em homenagem ao santo padroeiro da irmandade, em meados do século XVIII, na cidade do Rio de Janeiro.

A autora aponta como as festividades eram consideradas, por administradores coloniais e estudiosos, um momento importante de liberação das tensões geradas pela opressão da escravização. O intuito de manutenção de poder perpassava pela ideia de que, assim que esses encontros fossem encerrados, a ordem seria restaurada. Contudo, nesse pensamento é colocado também que os rituais geravam uma inversão hierárquica simbólica e temporária em uma “espécie de protocarnaval negro” (termo utilizado para evidenciar um contexto histórico específico), fomentando a autonomia que era suprimida em dias que não

eram de festa. Assim, “[...] as festas de reis negros permitiam um intervalo na rotina, retomada com mais vigor após o seu término, para os grupos que as realizavam, elas também eram momento de reforço de identidades e laços de solidariedade” (Souza, 2001, p. 256).

Segundo a autora, essas festividades fortaleciam uma noção de identidade e nação que trazia elementos africanos de uma forma mais mítica e menos delineada em termos históricos e geográficos – nesse sentido, é importante destacar que os reis passaram a ser somente do Congo e não de outras regiões (Souza, 2001). Ao mesmo tempo, inseria o cristianismo na cultura local da população escrava. Todavia, implicava também em uma forma de reforço e lembrança de determinados elementos do continente de origem do povo africano. Assim, esse encontro de duas esferas de poder contrárias implicava em reconfigurações de um cenário mais complexo.

É possível perceber neste exemplo a noção de festa sendo construída a partir de aspectos paradoxais complexos, de reforço e tensionamento. Mesmo apontando para um binarismo em oposição, não ocorre uma anulação mútua. Nesse sentido, a ideia de festa aparece sob uma concepção enquanto fenômeno comunicacional, que abarca essas oposições em complementaridade, com uma simultaneidade de perspectivas e interpretações. A mesma festividade que é realizada como uma forma de manutenção do controle, da opressão ou de uma determinada lógica de organização social, também pode ser utilizada para criar novos modos de relação, novos vínculos, e, até mesmo, vislumbrar possíveis interferências em algum contexto político, seja no momento presente ou futuro.

Da mesma maneira que elementos de revolta podem ser vistos em práticas festivas, podemos perceber manifestações políticas contra determinados âmbitos e esferas de poder ou manutenção do *status quo* com características festivas. Um exemplo contemporâneo pode ser apontados em nosso estudo sobre o movimento #EleNão (Wrublevski, 2024). Ainda na área da Comunicação, percebemos outro exemplo interessante no estudo de Barreiro, Belart e Barroso (2025). O artigo apresenta uma pesquisa sobre duas manifestações políticas diferentes em Recife. A proposta dos autores implica em uma abordagem que investiga as ambiências sonoras (oriundas, em sua maior parte, de elementos festivos) e a criação de ambiências festivas em protestos nas ruas.

Todavia, embora tais estudos comportem questões do cenário brasileiro contemporâneo, percebemos focos diferentes. Nosso artigo (apontado acima) aborda a exploração da noção de “dramaturgias de festa” como uma ferramenta de análise para as dinâmicas festivas da manifestação política de 2018, tomando a festa como linguagem

simbólica comum que proporciona uma estrutura de relação, comunicação e engajamento. Por outro lado, o texto de Barreiro, Belart e Barroso (2025) possui um diálogo em termos conclusivos similares ao que propomos aqui, mas por um prisma teórico-metodológico muito diferente. Os autores utilizam uma perspectiva fenomenológica e uma abordagem na exploração das sonoridades e da criação de ambiências festivas, documentados em seus estudos de caso. “A partir da experiência testemunhal de uma das pesquisadoras presente no ato, buscamos compreender como sons, corpos e performances articulam dimensões festivas e políticas, mesmo em situações marcadas pelo luto e pela indignação coletiva.” (Barreiro; Belart; Barroso, p. 352)

Nossa proposta aqui é de uma abordagem mais teórica e explorativa pelos elementos políticos aproximados em uma perspectiva comunicacional mais focada em sua dimensão conceitual e em suas características mais sociopolíticas. Dessa forma, propomos uma investida em um estudo que não aborda a realidade brasileira, mas propõe uma aproximação que pode desvelar elementos interessantes.

Em *A revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na América portuguesa*, Luciano Figueiredo (2001) apresenta uma perspectiva sobre as revoltas como um mecanismo de negociação, a partir de estudos que traçam um paralelo com os ritos festivos religiosos que acontecerem no Brasil na segunda metade do século XVII. Sua argumentação está centrada nas noções de engajamento e participação, propondo pensar as revoltas como um momento importante para uma sociabilidade específica. Se complementarmos a discussão com o texto de João José Reis (2001) sobre repressão e permissividade nas festividades realizadas pela população negra na Bahia na primeira metade do século XIX, poderemos vislumbrar melhor o embate que existe por trás da ideia de complementaridade. Figueiredo (2001, p. 268) afirma que:

O mesmo sentimento que reunia grupos variados em torno de festas se repetia nas revoltas: o compromisso da defesa do bem comum. Festas e revoltas são movimentos que adensam a reunião da coletividade; poucos momentos em que era legítima a convocação do corpo dos súditos para as manifestações de rua.

Era marcada assim, a reunião do corpo social formado como coletivo enquanto potência, com suas hierarquias e opressões. A festa seria uma forma de encontro que estabeleceria um processo comunicacional, que possibilita diferentes perspectivas em

negociação. Seria uma formação e/ou local de encontro de um “comum” – mesmo que elencando também as oposições e contradições. Contudo, precisamos olhar para qualidade desse encontro, ou desse corpo social, pois esses elementos são marcados por uma reformulação das organizações sociais impostas.

Nas festividades realizadas por diferentes grupos étnicos provenientes do continente africano, os autores apontam a criação de um espaço de liberdade diante de um sistema fortemente repressor. Um momento em que as pessoas escravizadas podiam se agrupar de acordo com suas diferenças, que eram suprimidas sob uma separação que dependia dos locais onde eram forçados a trabalhar. Com danças, música, comida e bebida que seguiam pela madrugada, o cenário propiciava significativas formas de organização que não estavam de acordo com a sociedade colonizadora da época. Essas festas e encontros geravam diferentes paradigmas. Se, por um lado, essas festividades eram vistas como um comportamento subversivo que poderia suscitar revoltas, por outro, serviam como uma forma de manter o controle sob a premissa de que “escravo que se diverte não subverte”:

A festa esteve no âmago desses paradigmas, isto é, permiti-la e reprimi-la passaram a significar métodos diferentes de administrar a paz nas senzalas. Dessa forma, a festa esteve também no centro da resistência escrava. Ela não só serviu realmente como ante-sala da rebelião, [...], mas também podia provocar a revolta se reprimida [...] (Reis, 2001, p. 347).

Esse embate entre a conservação e o reforço de uma lógica social, junto da exploração de outras formas de organização, é um aspecto comunicacional essencial para essa investigação. Além disso, indica a festa como um lugar de disputa de poder e de discurso. Do mesmo modo que pode ser vista como uma forma de manter a ordem e a submissão de um grupo de pessoas, ela também pode ser vista como uma forma de libertação e fortalecimento de laços que não existem, ou que não são permitidos existir, fora do acontecimento da festa.

Esta parece ser um base para pensar a ideia de caos e suas constantes reconstruções. Nesse cenário, podemos ver como a ideia de complexidade e caos, colocada por Fagundes (2010), que traz o movimento e a destruição como formas de criar perspectivas sobre o mundo, está situada no centro dos encontros festivos. Ela traça uma negociação entre as diferentes interpretações e percepções em suas disputas por lugar de poder e legitimação. O encontro, no âmbito da festa, habita um lugar entre o caos e o ordenamento, entre a

fortalecimento dos sistemas de opressão e sua subversão. Essa noção complementar de existência compõe, assim, uma polissemia de sentidos e contradições.

As discussões de Luciano Figueiredo (2001) sobre a relação existente em mobilizações de festas e revoltas tratam de um contexto histórico bastante específico. Todavia, servem como um estudo relevante para demonstrar a importância dos ritos festivos para os movimentos de revolta. “As sensibilidades coletivas e suas formas ritualizadas desenham fronteiras muito pouco definidas, entre a comédia e o teatro, entre a festa e as encenações, entre as procissões e a revolta” (Figueiredo, 2001, p. 275). Essa afirmação é um ponto de partida que coloca o coletivo, ou como é chamado pelo autor, o “corpo social”, habitando esses diferentes ritos, sem necessariamente traçar diferenciações claras.

Festa e revolta não são sinônimos e podem acontecer de modo independente sem qualquer afinidade. Revoltas políticas são passíveis de acontecer em movimentos violentos, descontrolados e espontâneos, sem qualquer planejamento ou organização. Por outro lado, podemos observar que, mesmo sem uma disposição fixa, alguns padrões se repetem. A utilização do calendário festivo e religioso como um marco, “[...] motivados pelo oportunismo diante da programação das festas religiosas, a eclosão de protestos sociais coletivos escolheu a comemoração de dias santos como data preferencial para marcar o encaminhamento das insatisfações” (Figueiredo, 2001, p. 265). Esses eram momentos de mobilização, onde a população que se espalhava pela região se reunia e ocupava as ruas da cidade. O autor diferencia os dois modos de ocupação, principalmente em sua presença no espaço público. Em ocasiões de festa, as ruas estariam limpas e as casas enfeitadas. No momento em que a festividade se aliava às mobilizações de revolta, as ruas estariam sujas, com luminárias festivas quebradas e as casas teriam marcas de destruição (Figueiredo, 2001).

Apesar da separação por oposições proposta pelo autor, as características de ocupação do espaço público não seguem tais fronteiras. A evidente influência mútua entre os ritos festivos e as revoltas demonstra que a caracterização de cada acontecimento transita entre simultaneidade e condições de oposição.

Outro padrão que pode ser percebido nas revoltas são seus modos de organização e componentes cênicos, ou seja, sua teatralidade. Cada integrante desempenharia um papel específico, desde as figuras de liderança que atuam frente a figuras públicas e políticas, como os participantes que circulam pelas ruas mobilizando outras pessoas (Figueiredo, 2001). O momento inicial ocorreria com grandes assembleias em que se determinavam as diferentes frentes de atuação, para então criar um estado de aparente descontrole, cuja encenação era

imprescindível para traçar uma diferenciação com o regime vigente e a vida cotidiana. Esse seria, inclusive, um elemento utilizado como um impulsionador das negociações (Figueiredo, 2001). Mesmo que cada revolta possuísse suas próprias demandas e desdobramentos, existem referências que permeiam esse tipo de acontecimento e que aproximam da ideia de festa, sendo repetidas e adaptadas ao longo do tempo.

A relação entre festa e revolta, como colocado por Figueiredo (2001), possui desdobramentos práticos enquanto posicionamento político. O primeiro ponto que podemos observar é o momento de preparação, algo bastante característico quando falamos em rituais. A preparação é o momento de organização e reunião dos participantes e manifestantes. Nas revoltas, são marcadas por assembleias onde são designados papéis de atuação. Além disso, é o momento de estabelecer uma diferenciação entre o tempo festivo, ou da revolta, e o tempo cotidiano. Essa aparente suspensão da vida cotidiana, com seus próprios rituais e ritmos, desloca os participantes para um estado de coletividade, onde determinados grupos de pessoas são caracterizados como parte do acontecimento, deslocados da sua movimentação diária pelo espaço público.

Esse novo tempo é convocado a partir de uma série de estratégias. Além da preparação, podemos perceber também a sonoplastia e a utilização de música como símbolo de transição entre o cotidiano e a festa. Os sons de instrumentos e sinos, juntamente com as vozes da multidão, formam uma sonoplastia que funciona como um anúncio para a presença do movimento e como convocação, na intenção de criar algum tipo de unidade coletiva ou identificação.

Se aliarmos a ideia de caos, sob a perspectiva de Fagundes (2010) onde a ordem e a desordem são oposições complementares, com a concepção de desordem aparente apontada por Figueiredo (2001), podemos ver que o caos característico desses acontecimentos é espetacular e atua como uma forma de pressionar autoridades, estabelecendo uma diferença entre a ordem cotidiana. Podemos observar também que, apesar dos sinais de descontrole que existem até certo ponto, há uma forte elaboração e organização interna nos movimentos das revoltas. Essa dualidade é significativa para criar uma lógica temporária de relação com uma coletividade que se identifique com o espaço, juntamente com um encaminhamento específico de acordo com as agendas políticas.

Por fim, temos o engajamento e a participação popular como recurso, objetivo e ponto fundamental das revoltas, pois este é um elemento que:

[...] garante poder de pressão às suas exigências. A mobilização geral era o fundamento que assegurava a amplitude social das demandas aos olhos das autoridades e servia não apenas para demarcar diante dos administradores a subtração da autoridade de sua soberania, mas como poder ameaçador nos instantes mais decisivos de negociação (Figueiredo, 2001, p. 267).

Figueiredo (2001) aponta ainda que o sentimento das festas se repetia nas revoltas, com a reunião da coletividade e o compromisso de defesa do bem comum. Esse momento de sociabilidade reafirmava um sentimento de pertencimento e de coesão, suspendendo momentaneamente as diferenças e oposições. Assim, podemos perceber que o engajamento coletivo possui um reconhecimento de espaço de poder que, nesse caso, era utilizado como um mecanismo de negociação de demandas sociais. Como colocado anteriormente, o encontro e o engajamento festivo têm um papel central. Se tornam um objetivo e ponto de partida e estabelecem uma identificação coletiva. Dessa forma, consegue se tornar um espaço de posicionamentos, que possibilita a negociação de desejos ou pautas coletivas e individuais, demonstrando sua enorme potência comunicacional.

5 Considerações finais

Apesar desse artigo não se debruçar nos “meios de comunicação de massa” ou em seus produtos – objetos de estudo privilegiados na área da Comunicação –, propomos a compreensão de festa enquanto um objeto comunicacional em si. Esse elemento se torna mais evidente ao identificarmos o caráter relacional como intrínseco ao encontro festivo. Dessa maneira, evidencia-se, por conseguinte, que as relações formadas (e reformadas e desconstruídas) possuem uma dimensão política digna de análise. Além disso, nos permite perceber que “festa” não seria apenas o encontro harmonioso, mas também seu tensionamento e um espaço de revolta.

A proposição desse estudo, ao traçar essa aproximação entre festa e manifestação política, enquanto movimento de revolta, demonstra, com alguns exemplos, que o contexto brasileiro possui historicamente uma disposição social que articula ambas as formas de organização. Essa disposição traz um “corpo social” reformulado pelas diferenças, tensionando o Estado colonizador impositor como parte da ordem vigente. Essa contraposição é vista ao colocar lado a lado o cotidiano e a lógica festiva, pensando em uma forma de diferenciação de tempo e ordem social, possibilitando aberturas para negociações

entre pares e a formulação de uma visão, sobre si e sobre o entorno, contrária à visão oficial do Estado.

A concepção do mundo produzida pelo carnaval possui sua dimensão diferenciada, de uma esfera não-oficial, como apontado ao longo do texto. Ou seja, reage às regras oficiais do estado, da igreja etc. Essa reação implica em uma forma de não seguir, propriamente, essas regras, mas de partir delas para gerar uma esfera provisória baseada no seu tensionamento.

Nesse processo, o propósito de subversão e mudanças se evidencia, criando uma nova lógica de convivência, comunicação e relação com o outro. São estruturas econômicas e sociais que aparecem sob a égide do carnaval, sem serem necessariamente abaladas, visto que existe um acordo de retorno à vida social após os dias de festa. Contudo, o fato de o carnaval também ser uma forma de reforço não subtrai a característica da inversão como um ponto chave para o seu acontecimento, colocando em evidência contradições sociais.

Como vimos anteriormente, através de exemplos sobre festividades realizadas pela população negra no Brasil entre os séculos XVII e XIX, eram criados espaços para estabelecer novos vínculos entre si, que não seguiam as estipulações consideradas institucionais, dando margem a revoltas e ao fortalecimento das manifestações culturais negras. Por outro lado, a escravidão era um fato que não se modificava através dos ritos festivos, que serviam também como uma forma de manter e reforçar os poderes soberanos através de uma ideia de compensação pelo trabalho.

A efemeridade da vivência da festa é um ponto importante quando pensamos na dualidade do mundo que o carnaval propõe. Esse elemento também pode ser observado em outros exemplos, visto que está pautado como um aspecto complementar. Essa dualidade também está envolta em um tensionamento através da perturbação de uma ordenação cotidiana, pela reunião de perspectivas diferentes e pelas negociações de desejos individuais em uma composição coletiva. Em outras palavras, não há uma libertação institucional das regras e das hierarquias propriamente. O que observamos é que passa a existir, no tempo do rito festivo, a proporção de uma experiência distinta que negocia diversos limites, realçando a potência comunicacional e política que existe dentro da noção de festa.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Ed. UNB, 1993.

BARREIRO, Heloise; BELART, Vitor; BARROSO, Flávia Magalhães. Som, protesto e ambiências festivas: por uma abordagem sensível da festa em manifestações no Recife. **Revista Música e Cultura**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 350-378, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.71199/1k618708>. Acesso em: 23 set. 2026.

BERTHOLD, Margot. **História mundial do teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CARVALHO, Sérgio. A teatralidade fora de lugar: a cena Tupinambá no triunfo de Rouen. **Sala Preta**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 192-235, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v17i2p192-235>. Acesso em: 23 set. 2026.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Veneza, África, Babel: Leituras republicanas, tradições coloniais e imagens do carnaval carioca. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Ed.Universidade de São Paulo, 2001. v. 1, p. 139-166.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Os estudos culturais. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 151-170.

FAGUNDES, Patrícia. **La ética de la festividad en la creación escénica**. 2010. Tese (Doctorado en Humanidades) - Departamento de Humanidades, Filosofía, Lenguaje y Literatura, Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 2010.

FELINTO, Erick. Materialidades da Comunicação: por um novo lugar da matéria na Teoria da Comunicação. **Ciberlegenda**, Niterói, n. 5, p. 1-15, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano. A revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na América portuguesa. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Ed.Universidade de São Paulo, 2001. v. 2, p. 779-798.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM, 2022.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich; PFEIFFER, Karl Ludwig (orgs.). **Materialities of Communication**. Stanford: Stanford University Press, 1994.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. *In*: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. p. 387-404.

JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2001.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos à Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTINO, Luiz C. De qual comunicação estamos falando?. *In*: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 11-26.

REGIS, Fátima. **Cognição e afeto na Comunicação: conectando corpo, mente, meio e tecnologia**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

REIS, João José. Batuque negro: repressão e permissão na Bahia oitocentista. *In*: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2001. v. 2, p. 339-358.

SÁ, Simone Pereira. Explorações da noção de materialidade da comunicação. **Contracampo**, Niterói, n. 10/11, p. 31-44, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i10/11.526>. Acesso em: 23 set. 2026.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, Marina Mello. História, mito e identidade nas festas de Reis negros no Brasil - Séculos XVIII e XIX. *In*: JANCSÓ, István. KANTOR, Iris (org.). *In*: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2001. v. 1, p. 119-138.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. As festas populares: da Idade Média à idade da mídia. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, n. 2, p. 66-74, 2015.

WRUBLEVSKI, Matilde. Encontro e ritual em dramaturgias de festa. **Dramaturgia em foco**, Petrolina, v. 6, n. 1, p. 31-49, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14910301>. Acesso em: 23 set. 2026.

WRUBLEVSKI, Matilde. A relação entre Festa e Engajamento na Manifestação #EleNão. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 99-110, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.13.1.2024.220299>. Acesso em: 23 set. 2026.

Party and Revolt, a political power

Abstract

This research proposes an approach between the notions of party and revolt, seeking to highlight a political power that exists in the experience of participating in events that combine these two segments. The construction of the understanding of the party starts from a notion that encompasses spheres of carnival, ritual and encounter as social interaction, thus bringing characteristics of negotiation, chaos and duality of worlds. Based on this notion, it is outlined a theoretical study, with researches that demonstrates that there is a historical relationship in Brazil, between the notion of party and political movements, through some examples of festivities held between the 17th and 19th centuries.

Keywords

party; revolt; ritual; power; politic

Declaração de disponibilidade de dados

Não se aplica.

Declaração de autoria e responsabilidade

Concepção e elaboração do estudo: Matilde Wrublevski, Yuri Garcia

Coleta de dados: Matilde Wrublevski, Yuri Garcia

Análise e interpretação de dados: Matilde Wrublevski, Yuri Garcia

Redação: Matilde Wrublevski, Yuri Garcia

Revisão crítica do manuscrito: Matilde Wrublevski, Yuri Garcia

Autoria para correspondência

Matilde Wrublevski

matildewrublevski@hotmail.com

Como citar

WRUBLEVSKI, Matilde; GARCIA, Yuri. Festa e Revolta, uma potência política. **Intexto**, Porto Alegre, n. 58, e-152330, 2026. DOI: <https://doi.org/10.22456/1807-8583.152330>

Recebido: 12/12/2025

Aceito: 28/08/2026

Copyright (c) 2026 Matilde Wrublevski, Yuri Garcia. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

